

CONDIÇÕES DE TRABALHO DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE DESTAS(ES) PROFISSIONAIS

Iana Vasconcelos Moreira¹

Andreyna Ferreira Maia²

Vanessa de Almeida Bandeira³

RESUMO

A atuação profissional das(os) assistentes sociais se dá pela intermediação do mercado de trabalho, cujas configurações trazem implicações nas condições de vida, trabalho e saúde desses sujeitos e demais segmentos da classe trabalhadora. Nessa perspectiva, analisamos as condições de trabalho e seus influxos na saúde das(os) assistentes sociais brasileiros(as). Para tanto, realizamos pesquisa quanti-qualitativa, pautada no método crítico-dialético, cujo percurso metodológico incluiu revisão da literatura e análise documental nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (2016 e 2018). Assim, buscamos contribuir para o aprofundamento do conhecimento acerca do trabalho no âmbito do Serviço Social, o que poderá contribuir para a análise dos desafios enfrentados pelas(os) profissionais nos diversos espaços de atuação, bem como para subsidiar a construção de estratégias para o enfrentamento destes, como parte das lutas enraizadas no compromisso com o fortalecimento dos direitos da classe trabalhadora.

Palavras-chave: Serviço Social. Mercado de trabalho. Saúde do trabalhador.

ABSTRACT

The professional performance of social workers takes place through the intermediation of the labor market, whose configurations have implications for the living, working and health conditions of these subjects and other segments of the working class. From this perspective, we analyzed the working conditions and their influence on the health of Brazilian social workers. To this end, we carried out quantitative and qualitative research, based on the critical-dialectical method, whose methodological path included a literature review and document analysis in the annals of the National Meetings of Researchers in Social Work (2016 and 2018). Thus, we seek to contribute to the deepening of knowledge about work within the scope of Social Work, which may contribute to the analysis of the challenges faced by professionals in the various areas of activity, as well as to support the construction of strategies for coping of these, as part of the struggles rooted in the commitment to strengthening the rights of the working class.

Keywords: Social Service. Job market. Worker's health.

¹ Professora da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, doutora em Ciências da Saúde, e-mail: ianasconcelosm@gmail.com.

² Estudante do curso de graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, e-mail: andreynaferreira@alu.uern.br.

³ Estudante do curso de graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, e-mail: almeidavanessa344@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Este texto discorre acerca das transformações no mundo do trabalho impulsionadas pela reestruturação produtiva concomitante à contrarreforma do Estado (de viés neoliberal), como partes de um amplo processo de restauração capitalista cujo intento é possibilitar a recomposição do capital ante a manifestação de mais um dos recorrentes ciclos de crise que lhes são inerentes. Tal processo se dissemina no contexto internacional a partir nos anos 1970 e se espraia na realidade brasileira desde os anos 1990. Enfatizaremos as condições de trabalho das(os) assistentes sociais em meio a esse contexto e seus influxos na situação de saúde-adoecimento destas(es) trabalhadoras(es).

Mota e Tavares explicam que essa restauração capitalista, se materializa em três processos inter-relacionados. Quais sejam:

- a) Os novos mecanismos de exploração da força de trabalho, afetando diretamente os processos, as relações e as condições de trabalho, no âmbito da reestruturação produtiva.
- b) As mudanças na atuação do Estado – via (des)regulação do trabalho, supressão de direitos sociais e privatização/mercantilização de políticas e serviços públicos.
- c) A sociabilidade das classes trabalhadoras (cultura e ideologias) expressa no seu modo de ser e viver. (2016, p. 231).

Importa considerar, portanto, que as configurações atuais do mundo do trabalho refletem as medidas oriundas desse processo de reestruturação do capital. De tal modo, na tentativa de enfrentamento da crise, são deflagradas, dentre outras iniciativas, alterações nas formas de gestão e comercialização da força de trabalho, com o intuito de elevar sua produtividade e reduzir seus custos, o que desencadeia influxos nas condições de vida, trabalho e saúde dos diversos segmentos da classe trabalhadora, incluindo as(os) assistentes sociais.

Cabe mencionar alguns traços marcantes encontrados nos espaços sócio-ocupacionais das assistentes sociais, por considerar que tais tendências são resultantes das novas formas de gestão do trabalho e das relações que aí se estabelecem, tais como a autoresponsabilização pela empregabilidade, incorporações de novas funções que se agregam às tradicionais (tendência que tem sido chamada de multifuncionalidade) diluição da formação especializada e equiparação entre as diversas profissões do social (tendência à desespecialização), abstração da necessidade de formação profissional dada a assunção de atividades simples (desprofissionalização), desmonte dos direitos e supressão da legislação trabalhista (desregulamentação), e, mais ainda, intensificação do trabalho, rotatividade, exacerbação do individualismo e da competitividade. O mercado de trabalho tem sido o reino do *“salve-se quem puder”*. (GUERRA, 2016, p. 46)

Atentando para essa realidade, nesse artigo procuramos analisar as condições e relações de trabalho das(os) assistentes sociais na particularidade brasileira, subsidiando-nos em dados produzidos por meio de uma pesquisa vinculada ao Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC-CNPQ), realizada no período de setembro de 2021 a agosto de 2022ⁱ. Diante de inúmeras mudanças nos contornos da sociabilidade capitalista e seus desdobramentos na atuação da(o) profissional da área do Serviço Social, intentamos estabelecer conexão com nosso projeto ético-político profissional (PEP), como também aos seus direitos básicos trabalhistas. Através deste estudo, planejamos identificar os principais fatores da influência da ideologia neoliberal nas relações profissionais no âmbito do Serviço Social, a qual corroborou diretamente para o processo de sucateamento das políticas públicas e sociais, que se constituem os espaços majoritários de inserção de assistentes sociais.

Ao longo desta pesquisa intencionamos, além de buscar dados sobre as condições de trabalho que permeiam a atuação da(o) assistente social nesse contexto de desmonte, compreender o trabalho como um dos fatores relacionados a sua saúde, dado que estes processos tendem a reverberar no adoecimento destas(es) trabalhadoras(es). Segundo Raichelis:

Em um contexto societário de transformações no trabalho de tal monta, marcados pela retração e, mesmo, pela erosão do trabalho contratado e regulamentado, bem como dos direitos sociais e trabalhistas, ampliam-se também as relações entre trabalho e adoecimento, repercutindo na saúde física e mental dos trabalhadores, nas formas de objetivação e subjetivação do trabalho (2011, p. 421).

Através desta pesquisa foi-se capaz de planejar como, diante do cenário das expressões da questão social, a(o) profissional se depara com diversos desafios, precisamente por não conseguir “sanar” todas estas problemáticas, posto que não é algo que depende apenas dela(e), mas requer uma integral articulação estatal para a execução das políticas públicas vigentes; não obstante, lida com processos burocráticos que, em muitos momentos perfazem por não resolverem as diligências postas. Dispor de seus direitos impugnados, proporciona para a(o) assistente social maiores desafios e ataque direto ao projeto ético-político do Serviço Social, bem como tende a impactar negativamente na qualidade de atendimento, afetando diretamente aqueles que precisam do serviço.

Este trabalho discute estas questões com base em pesquisa cujo objetivo geral foi analisar as tendências do mercado de trabalho para assistentes sociais na realidade brasileira e seus influxos na saúde destas(es) trabalhadoras(es), tendo como base os trabalhos publicados nos anais dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). Para tanto, foram definidos como objetivos específicos: fazer um mapeamento dos trabalhos publicados nos Encontros Nacionais de Pesquisadores acerca do mercado de trabalho para as(os) assistentes sociais brasileiras(os); apreender as condições e relações de trabalho nas quais se efetiva o exercício profissional das(os) assistentes sociais; e identificar possíveis influxos das condições e relações de trabalho na situação de saúde das(os) assistentes sociais.

De tal modo, foi realizada pesquisa quanti-qualitativa, fundamentada no método crítico-dialético, na busca de apreender o objeto de estudo atentas às suas contradições e historicidade, para além do aparente, reconhecendo-o como parte da totalidade social. Nessa perspectiva, foi efetivada revisão da literatura e análise documental dos anais do ENPESS, importante evento bianual promovido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). De tal modo, incluímos os dois eventos mais recentes que haviam ocorrido até aquele momento de realização da pesquisa (XV ENPESS/2016 e XVI ENPESS/2018). Isso porque em 2020, dado o contexto da pandemia de Covid-19, não ocorreu o evento e o último ENPESS, ocorrido em dezembro de 2022, é posterior à data desta pesquisa.

Os ENPESS estudados contemplaram os seguintes eixos temáticos: Trabalho, Questão Social e Serviço Social; Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Política Social e Serviço Social; Movimentos Sociais e Serviço Social; Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Sexualidades; Classes Sociais, Geração e Serviço Social. Optamos por incluir os dois primeiros eixos, por considerarmos que estes têm maior aproximação com o objeto de estudo e objetivos da pesquisa. Os trabalhos foram selecionados inicialmente a partir dos títulos, incluindo-se aqueles que explicitam o Serviço Social. Foram excluídos os trabalhos que analisam a profissão em contextos de outros países. Em seguida, mediante leitura dos textos, incluímos na análise os que abordam as condições e relações de trabalho, bem como alguns que mencionam a saúde-adoecimento das(os) assistentes sociais.

Ao aplicarmos estes critérios, selecionamos 170 trabalhos para leitura e, destes, 94 foram incluídos na análise.

Com vistas a socializar os resultados do referido estudo, fundamentando-nos na perspectiva teórico-metodológica do materialismo dialético, na sequência abordamos as condições de trabalho das(os) assistentes sociais pontuadas nos trabalhos publicados nos ENPESS, bem como enfatizamos os influxos do trabalho na situação de saúde-adoecimento destes sujeitos

2 CONDIÇÕES DE TRABALHO E SEUS INFLUXOS NA SAÚDE DE ASSISTENTES SOCIAIS: o que apontam os trabalhos publicados nos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social

As(os) assistentes sociais, na condição de trabalhadoras(es) que não detêm os meios de produção e necessitam vender sua força de trabalho para sobreviverem, integram a classe trabalhadora que, conforme Ricardo Antunes, compreende “um conjunto heterogêneo, ampliado, complexo e fragmentado de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção” (ANTUNES, 2018, p. 95). Dessa forma, da mesma maneira que a mundialização do capital marcada pela ofensiva neoliberal e neoconservadora atinge a classe trabalhadora através da exploração e do ataque aos seus direitos, as(os) profissionais de Serviço Social são também atingidas(os), pois fazem parte dessa classe que é submetida à exploração e alienação e, por isso, têm as suas atividades perpassadas pela opressão.

A partir da análise dos dados obtidos durante a pesquisa, constatamos que, dos trabalhos examinados, noventa e um abordam as condições e relações de trabalho das(os) assistentes sociais. Sob essa perspectiva, os artigos discutem o trabalho de assistentes sociais em uma grande variedade de espaços sócio-ocupacionais, como, por exemplo, no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no Sistema Único de Saúde (SUS), no Sociojurídico, na Educação, entre outros. De fato, o que se observa é que, em todos esses espaços e em muitos outros nos quais as(os) assistentes sociais se inserem, o trabalho delas(es) é submetido à precarização, esta que se expressa através de inúmeras faces, essencialmente pela expropriação dos direitos e pelo tensionamento da autonomia relativa da(o) assistente social em seu exercício profissional. Antunes e Praun explicitam que

[...] a precarização é, por um lado, um fenômeno intrínseco à sociabilidade construída sob o signo do capital; por outro, uma forma particular assumida pelo processo de exploração do trabalho sob o capitalismo em sua etapa de crise estrutural, podendo, portanto, ser mais ou menos intensa, uma vez que não é uma forma estática. Nas épocas de crise — ainda mais quando esta tem um claro acento estrutural — o que se assiste é a sua intensificação, o que vimos denominando como a persistente tendência à precarização estrutural do trabalho em escala global, da qual o trabalho imigrante é sua expressão mais visível e brutal. Não existem, nesse sentido, limites para a precarização, mas apenas formas diferenciadas de sua manifestação. (2015, p. 413).

Sob esse viés, a precarização se manifesta, dentre outros aspectos, nas formas de contratação. Vários artigos abordam a ausência de concursos públicos como uma problemática recorrente, que desponta em contratos temporários, vínculos empregatícios precários, flexibilização do trabalho, fragmentação institucional, além da alta rotatividade das(os) profissionais. Além disso, as relações contratuais precárias também desembocam em baixos salários, que não permitem que apenas com um vínculo empregatício a(o) profissional consiga suprir todas as suas necessidades básicas, desencadeando o fenômeno do duplo vínculo empregatício e o pluriemprego.

Ademais, a problemática envolvendo a terceirização aparece com frequência nos trabalhos como uma das muitas faces da precarização do trabalho, inclusive, um dos textos analisados menciona que, em algumas situações, já tem ocorrido uma “quarteirização” no exercício profissional. Outras questões comumente citadas são os problemas de infraestrutura das instituições, ausência de condições objetivas e subjetivas para a realização do trabalho, ausência de um espaço apropriado para a(o) assistente social realizar sua intervenção com as(os) usuárias(os) (problemática que impacta diretamente na garantia do sigilo profissional) e carência de recursos. Além disso, ainda se ressalta a sobrecarga de trabalho, decorrente da dificuldade de implementação da carga horária de 30 horas semanais, com a presença de jornadas de trabalho de mais de 40 horas semanais, que tendem a gerar estresse, adoecimento e comprometem a capacitação profissional continuada, visto que o profissional não consegue dispor de um tempo de qualidade para dedicar-se às atividades de qualificação do trabalho.

Outrossim, Iamamoto (2007), ao discutir sobre a autonomia profissional do assistente social, afirma que essa autonomia, embora garantida pela legislação profissional, por se tratar de uma profissão liberal devidamente regulamentada, se

configura em uma autonomia relativa, visto que se encontra sempre tensionada pela necessidade de venda da força de trabalho. De tal modo, a efetivação dessa autonomia profissional é fortalecida ou restringida a depender da correlação de forças sociais e se expressa, de forma particular, nos distintos espaços de trabalho. Acerca da autonomia relativa, a autora afirma ainda que:

os empregadores determinam as necessidades sociais que o trabalho do assistente social deve responder; delimitam a matéria sobre a qual incide esse trabalho; interferem nas condições em que se operam os atendimentos assim como os seus efeitos na reprodução das relações sociais. (IAMAMOTO, 2007, p. 215).

Com base nisso, todo esse contexto é evidenciado durante a análise dos artigos, pois uma grande parcela destes relata o frequente tensionamento da autonomia profissional dentro das instituições. As discussões revelam que as instituições empregadoras costumam requisitar à(ao) assistente social tarefas técnicas e burocráticas, que buscam imprimir sobre o exercício profissional uma tendência mecanicista e retirar da(o) profissional a sua visão crítica sobre as demandas que chegam. Porém, como bem elucida Iamamoto, “[...] se a profissão dispõe de condicionantes sociais, que ultrapassam a vontade e a consciência de seus agentes individuais, ela é também fruto dos sujeitos que a constroem coletivamente, forjando respostas profissionais”. (2007, p.221).

O imediatismo também é uma questão para se debater, tendo em vista que as instituições cobram da(o) profissional uma resposta imediata para as expressões da questão social, que acaba sendo responsável por tornar a intervenção esvaziada em seu teor crítico e político. Nesse aspecto, é importante considerar, conforme elucida Guerra (2002), que a racionalidade formal-abstrata, funcional ao projeto societário capitalista, se concretiza inicialmente no âmbito do trabalho e se espraia por diversas dimensões da vida humana.

É próprio da sociedade burguesa racionalizar cada vez mais a divisão do trabalho, reduzindo as diferenças entre as profissões e assumindo sistemas que permitam, cada vez mais administrar a sociedade, por meio da chamada “administração racional”. Considero que a racionalidade formal-abstrata opera aí com perfeição. Ela é formal por se restringir às formas e fórmulas próprias da padronização atual das políticas sociais e à lógica dos sistemas. É também abstrata porque retira das profissões seus conteúdos concretos, seus espaços na divisão do trabalho que responde a um conjunto de demandas sócio-profissionais e políticas, fazendo tábula rasa da formação, do universo cultural de cada profissão, dos projetos profissionais e do projeto de sociedade de cada uma. (GUERRA, 2016, p. 59).

É imprescindível ressaltar, contudo, que a atuação profissional não se limita à sua dimensão técnico-operativa, pois esta é indissociável das dimensões teórico-metodológica e ético-política que a compõem. Logo, o exercício profissional da(o) assistente social pressupõe conhecimentos, bem como valorações e escolhas que acabam por imprimir-lhe uma direção social, consubstanciando um processo de intervenção em que todas essas dimensões se encontram intrinsecamente articuladas.

O que se pretende enfatizar é que a intervenção de natureza técnico-operativa não é neutra: ela está travejada pela dimensão ético-política e esta, por sua vez, encontra-se aportada em fundamentos teóricos, donde a capacidade de o profissional vir a compreender os limites e possibilidades não como algo interno ou inerente ao próprio exercício profissional, mas como parte do movimento contraditório constitutivo da realidade social. (GUERRA, 2017, p. 50).

Nessa perspectiva, a compreensão das questões que envolvem o real é fundamental e requer que as(os) assistentes sociais busquem construir e se apropriar de uma razão histórica, ontológica e crítica que possibilite ultrapassar o aparente e construir respostas profissionais qualificadas, comprometidas com a direção social incorporada no projeto ético-político do Serviço Social. Isso posto, é imprescindível destacar que “É no cotidiano profissional, tenha consciência ou não, que o assistente social se depara com demandas e interesses contraditórios e com um leque de possibilidades, o que lhe permite exercitar sua autonomia, que será sempre relativa”. (GUERRA, 2017, p. 65). Reside aí, o potencial de ultrapassar a imediatividade e construir respostas profissionais sintonizadas com as reais necessidades da classe trabalhadora.

Os dados da pesquisa apontam, ainda, que são bem comuns as dificuldades de aproximação com as(os) usuárias(os) e com a comunidade, assim como difunde-se uma visão errônea da(o) assistente social como um “gerenciador da pobreza”, isto quando não se cobra dela(e) atitudes policiais e punitivas. Seguindo essa lógica, os dados obtidos também mostraram que, em vários espaços de inserção da(o) assistente social, são colocadas para a(o) profissional atividades que não competem a ela(e) resolver.

Para finalizar essa reflexão acerca das condições de trabalho, um aspecto importante a se destacar e que merece atenção especial são as residências

multiprofissionais em saúde. Várias(os) autoras(es) versam sobre elas, e em torno de seus debates surge uma questão a ser repensada: a residência é realmente uma forma de especialização, ou apenas mais um método de precarização do trabalho?

Sob essa ótica, os artigos que tratam da residência têm como consenso a discussão sobre a sobrecarga de trabalho, carga horária excessiva, ausência de profissionais suficientes para preceptoria, bem como carência de condições objetivas e subjetivas para o trabalho em equipe. O que se observa é que, grande parte das(os) residentes acaba ingressando no programa não apenas buscando uma qualificação profissional, mas também como uma forma de fugir do desemprego, além do fato de que a residência é ao mesmo tempo uma válvula de escape encontrada para solucionar temporariamente a falta de profissionais suficientes no SUS. Outrossim, também se tornou evidente a significativa dificuldade de garantia do sigilo profissional no trabalho desempenhado pela equipe multidisciplinar, dadas as adversidades das condições objetivas de trabalho.

Concernente aos influxos do trabalho na saúde de assistentes sociais, é importante evidenciar que o trabalho integra os vários e imbricados aspectos atinentes à determinação social da saúde e que sua configuração na sociedade capitalista, marcada pela exploração e alienação, o torna, muitas vezes, indutor de desgaste na saúde das(os) trabalhadoras(es). Segundo Antunes e Praun, “as mudanças em curso nas últimas décadas vêm produzindo indicadores de acidentes e doenças profissionais cada vez mais altos [...]”. (2015, p. 409).

Nesta pesquisa encontramos vinte trabalhos que abrangem, com maior ou menor ênfase, a discussão da relação entre o trabalho e a saúde das(os) assistentes sociais. De uma forma geral, tais estudos associam trabalho e degradação da saúde ou adoecimento (com destaque para o adoecimento mental e/ou sofrimento psíquico); bem como estresse, fadiga, frustração, desânimo, desmotivação, angústia no ambiente de trabalho e esgotamento físico e emocional.

Vários artigos sinalizam conexões entre os citados desgastes na saúde com o processo de exploração expresso na ampliação da jornada de trabalho, na sobrecarga, na precarização do trabalho, nas exigências elevadas de metas sem as devidas condições de trabalho, e no assédio moral. O assédio moral sofrido pelas(os) profissionais é delatado em cinco destes vinte trabalhos que explanam acerca da saúde destas(es) trabalhadoras(es), inclusive um dos artigos - cujos dados foram obtidos a partir dos registros das visitas de fiscalização realizadas por um Conselho

Regional de Serviço Social – aponta que tal situação vem induzindo adoecimento nas(os) profissionais, pois nos relatos durante os atendimentos verificou-se revelações de exaustão e esgotamentos físicos e mentais. Antunes e Praun (2015) explicam que o assédio moral é parte da engrenagem propulsora de altos índices de produtividade, mediante exigências exacerbadas, as quais se sustentam em formas de pressão institucionalizada, com aumento constante da produtividade e isolamento de quem represente “barreira” para sua realização.

Somando-se a isso, as(os) autoras(es) de um dos textos evidenciam que as exigências e o tempo dispendido no trabalho dificultam a disponibilidade de tempo também para o lazer, o cuidado com a saúde pessoal e até para qualificação; além de apontarem como principais problemas de saúde identificados no citado estudo: estresse exacerbado, ansiedade, má qualidade do sono, exaustão, fadiga, problemas com a voz, problemas posturais e funcionais. Em outro artigo, as(os) autoras(es) evidenciam que a precarização gera influxos no adoecimento físico e psicossomático vinculado a formas de exploração e assédio moral, se expressando em depressão, síndrome de burnout, entre outras.

Além das questões apontadas, um estudo discute a relação do trabalho com o sofrimento e a angústia vivenciados por algumas(alguns) assistentes sociais ao se depararem com limites institucionais para a viabilização dos serviços, confrontando-se com uma demanda crescente e complexificada, bem como conflitos éticos perante a violação dos direitos das(os) usuárias(os), levando-as(os), inclusive, a reiterar formas conservadoras que reproduzem o perfil da ajuda e, subsequentemente, ferem a condição de direito social da política pública.

Vale ressaltar que três destes artigos analisados, embora se manifestem acerca da saúde das(os) trabalhadoras(es), não explicitam as condições de trabalho. De tal modo, um deles expõe a complexidade das demandas postas ao trabalho profissional e comenta sobre as complexas expressões da questão social e as tensões inerentes aos processos e relações de trabalho, mencionando os efeitos que a atividade profissional pode desencadear no desgaste da saúde das(os) trabalhadoras(es). Outro trabalho, ao elencar elementos para pensar as atribuições profissionais, apresenta o relato de uma assistente social, a qual explicita “nível de stress” cotidiano diante das diversas atribuições da profissão frente às demandas das(os) usuárias(os). Nessa mesma direção, outro artigo ressalta a construção de medidas de atenção à saúde das(os) profissionais de determinada instituição – cuja

composição inclui assistentes sociais - como fruto da organização destas(es), diante da necessidade de proteção da saúde de tais sujeitos.

Por fim, registramos que os dados acerca da relação entre o trabalho e a situação de saúde-adoecimento das(os) profissionais coadunam com outras publicações recentes que desvelam a intensificação da exploração da força de trabalho de assistentes sociais associada a desgastes da saúde destas(es) trabalhadoras(es), a exemplo de pesquisas com profissionais da área da saúde (VASCONCELOS et al, 2017) e docentes (VASCONCELOS; LIMA, 2021).

3 CONCLUSÕES

Diante dos dados obtidos através da análise dos artigos, concluímos que a(o) assistente social, enquanto parte da classe trabalhadora, está exposta(o) à precarização cotidianamente em seu exercício profissional, tendo em vista que não somente intervém frente às expressões de uma questão social multifacetada, mas que também é alvo da mesma e que tem o seu trabalho perpassado pela opressão e pela expropriação, com rebatimentos significativos em seu desempenho institucional e em sua saúde psíquica.

Ademais, com a ofensiva neoliberal no cenário da contrarreforma do Estado, a atividade laboral da(o) assistente social sofre inúmeros rebatimentos, pois as instituições empregadoras passam a requisitar para as(os) profissionais demandas que requerem destes intervenções pontuais, de caráter imediato e emergencial, e por vezes até de cunho assistencialista, relegando para segunda instância a verdadeira natureza do exercício profissional. Desse modo, as transformações ocorridas no mundo do trabalho, oriundas das mudanças advindas dos processos de acumulação do capitalismo contemporâneo, impactam na autonomia profissional e nas condições objetivas e subjetivas relacionadas ao trabalho das(os) assistentes sociais.

Outrossim, em um contexto de insegurança que se espalha à medida que a ideologia neoliberal se consolida como hegemônica na sociedade, as condições de trabalho, que já eram marcadas pela precarização, passam a contar com o cumprimento de metas exorbitantes e da polivalência no exercício profissional, influenciando em adoecimentos que provém do assédio moral, da angústia frente às demandas impostas e da sobrecarga laboral. Isto posto, esses aspectos são

determinantes não apenas para a atuação profissional das(os) assistentes sociais, mas se expressam de modo marcante em todo o conjunto da classe trabalhadora.

É notória, portanto, a relação do trabalho com a saúde-adoecimento de assistentes sociais, a qual é evidenciada por várias(os) autoras(es) de trabalhos publicados nos últimos ENPESS, que traçam um panorama de como se encontra a prática profissional nos diferentes espaços sócio-ocupacionais nos quais a profissão tem se inserido. Nesse sentido, destacamos a importância de apreendermos as circunstâncias sócio históricas nas quais se materializa o exercício profissional de forma atenta aos desafios a serem enfrentados pelas(os) assistentes sociais e demais segmentos da classe trabalhadora, induzidos/aprofundados pela relação contraditória capital/trabalho que se espraia na totalidade da vida social da qual a profissão e os sujeitos que a integram são parte e expressão.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serviço Social e Sociedade**. n. 123. Cortez: São Paulo, 2015. p. 407-427.

GUERRA, Yolanda. As dimensões da Prática Profissional e a possibilidade de reconstrução crítica das demandas contemporâneas. **Revista Libertas**. Juiz de Fora: UFJF, v. 2, 2002.

GUERRA, Yolanda. **Transformações societárias, Serviço Social e cultura profissional**: mediações sócio-históricas e ético-políticas. In: MOTA, Ana Elizabete e AMARAL, Angela (orgs.). Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do exercício profissional**. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete; TAVARES, Maria Augusta. **Trabalho e expropriações contemporâneas**. In: MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela (Orgs.). Cenários, contradições e pelejas do Serviço Social brasileiro. São Paulo: Cortez, 2016.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de direitos. **Serviço Social e Sociedade**. N. 101. São Paulo: Cortez, 2011.

VASCONCELOS, Iana *et al.* Condições de trabalho e saúde de assistentes sociais no âmbito das políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**. v.21. n.2. São Luiz: UFMA, 2017.

VASCONCELOS, Iana; LIMA, Rita de Lourdes de. Trabalho e saúde-adoecimento de docentes em universidades públicas. **Katálysis**. Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 364-374, maio/ago. 2021.

ⁱ O texto deste artigo reproduz, em uma versão revisada e ampliada, o conteúdo de um resumo expandido publicado nos anais do evento acadêmico “Salão de Iniciação Científica” promovido por uma universidade pública.